



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0000234-74.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Franquia**  
 Requerente: **Elaine Moreira da Silva Fabiano**  
 Requerido: **ERICA CRISTIANE SILVEIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Arielle Escandolhero Martinho Fernandes**

Vistos.

Sustenta a autora que conduzia seu veículo VW FOX, Placas FWO-9110, pela Rua Floriano Peixoto e ao chegar no cruzamento com a Avenida São Paulo, a filha da requerida, conduzindo o veículo VECTRA, Placas DZW 0871, não observou a preferencial, sinalizada com a placa “PARE”, vindo a colidir contra a dianteira do veículo da requerente. Requer indenização pelo pagamento da franquía do seguro, no valor de 1.394,00, bem como R\$ 239,29 pela perda do bônus.

A requerida apresenta outra versão dos fatos e faz pedido contraposto, requerendo o ressarcimento dos danos em seu veículo, causados pelo acidente, e pelos riscos realizados no carro, em frente à delegacia, pela filha da requerente. Sustenta a culpa exclusiva da autora pelo acidente, eis que a sua filha teria observado todos os deveres de cuidado ao atravessar a avenida, e que o veículo Fox não conseguiu parar, eis que estava trafegando de forma imprudente.

É incontroverso que no cruzamento em que se deram os fatos a preferência de passagem era do veículo FOX, de propriedade da autora, tendo em vista a existência de sinalização de parada obrigatória para a filha da requerida, condutora do automóvel.

Tal sinalização impõe ao motorista que para começar a travessia haja condições de absoluta segurança para não interceptar a trajetória de veículos que trafegassem na via preferencial.

Consoante prova produzida através de policiais militares, que atenderam a ocorrência, Aurélio Thomaz da Silva e Fernando César, a preferencial era realmente da requerente.

A circunstância apontada já atua em desfavor da requerida, tendo em vista que a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de há muito se posiciona no sentido de responsabilizar exclusivamente o motorista que desrespeita a placa de parada obrigatória por acidentes como o dos autos.

Nesse sentido: Apelação n. 9216893-17.2009.8.26.0000, rel. Des. **CARLOS NUNES**, j. 30.1.2012; Apelação n. 911938979.2007.8.26.0000, rel. Des. **EDUARDO SÁ PINTO SANDERVILLE**, j.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

17.1.2012; RT 745/265.

Reconhece-se no mínimo a presunção de responsabilidade em situações dessa natureza, como já proclamou o mesmo Colendo Tribunal:

“RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CULPABILIDADE. LOCAL SINALIZADO COM PLACA “PARE”. PRESUNÇÃO DE CULPA. CTB, ART. 44. DANO MATERIAL. Presume-se a culpa do motorista que conduzindo seu veículo, em infringência da placa de sinalização de parada obrigatória, avança a via preferencial, causando acidente de trânsito. Em razão disso, inverte-se o *onus probandi*, cabendo a ele a prova de desoneração de sua responsabilidade” (Apelação n. 0002156-38.2006.8.26.0070, rel. Des. **CLOVIS CASTELO**, j. 26.3.2012).

“Acidente de trânsito. Danos materiais. Responsabilidade civil. Ação indenizatória. Motocicleta do primeiro réu que invadiu via preferencial. Inobservância da placa indicativa de “PARE”. Contexto probatório que anuncia culpa do condutor-réu. Via com sinalização de parada obrigatória. Presunção de culpa não afastada pelo réu, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil” (Apelação n. 9131708-45.2008.8.26.0000, rel. Des. **VANDERCI ÁLVARES**, j. 21.3.2012).

“ACIDENTE DE TRANSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO DANOS MATERIAIS E MORAIS. Culpa exclusiva do demandado que, agindo de modo imprudente, invadiu cruzamento desrespeitando sinalização de parada obrigatória, interceptando a passagem da motocicleta conduzida pelo autor. Do acidente resultou sequelas na vítima, que lhe causa redução de sua capacidade de trabalho. Culpa exclusiva do requerido” (Apelação n. 3004644-04.2002.8.26.0506, rel. Des. **MARCONDES D'ANGELO**, j. 14.9.2011).

No mesmo sentido: Apelação n. 0002826-62.2010.8.26.0482, rel. Des. **PAULO AYROSA**, j. 3.4.2012, Apelação n. 0002118-32.2008.8.26.0498, rel. Des. **LUIZ EURICO**, j. 27.2.2012 e Apelação n. 0103046-90.2009.8.26.0001, rel. Des. **CAMPOS PETRONI**, j. 28.6.2011.

O quadro delineado reforça a culpa da requerida, até porque nenhum elemento concreto foi amealhado para afastar a presunção que pesa contra ela

Nem se diga, ainda, que o fato da filha da requerida já estar terminando a travessia do cruzamento militaria em seu favor, porquanto em relação à teoria do eixo médio a jurisprudência dominante atual afasta sua incidência às hipóteses de colisão ocorridas em cruzamento, justamente pela preponderância da preferência de passagem em relação ao condutor do veículo proveniente de via secundária.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Assim: Apelação n. 9157063-8.2006.8.26.0000, rel. Des. **RICARDO PESSOA DE MELLO BELLI**, j. 11.5.2011; Apelação n. 985513007, rel. Des. **ANTÔNIO BENEDITO RIBEIRO PINTO**, j. 27.1.2009; Apelação n. 0101840-83.2005.8.26.0000, rel. Juiz **LUÍS EDUARDO SCARABELLI**, j. 19.7.2007.

A ré não impugnou na contestação, de forma específica, os valores requeridos na inicial. Além disso, juntou a autora prova dos gastos com a franquia do seguro, e com a perda do bônus. Assim, julgo procedente a ação para condenar a requerida ao pagamento de R\$ 1.633,29, corrigidos desde a propositura da ação pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês desde a data do evento danoso, consoante disposto pela Súmula 54 do STJ.

No pedido contraposto alega também a requerida que a filha da requerente teria riscado seu carro, o que gerou diversos danos no automóvel. A filha da requerente não fez parte da lide, não havendo possibilidade de condenação da mãe por ato da filha maior (fls.30), envolvendo fatos posteriores ao acidente, observando que pode a requerida ingressar com nova ação contra a suposta autora dos danos.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação para condenar **ERICA CRISTIANE SILVEIRA** ao pagamento de R\$ 1.633,29, corrigidos desde a propositura da ação pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês desde a data do evento danoso, consoante disposto pela Súmula 54 do STJ. Julgo improcedente o pedido contraposto.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 12 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**